



GRUPO PARLAMENTAR

MANUSEAR-SE, PUBLIQUE-SE

98.7.21  
[Handwritten signature]

REQUERIMENTO Nº 836/VII(3.a) - AC

Ao Senhor  
Primeiro Ministro

1 - Afirmou Vossa Excelência, no passado sábado, que sem regiões, Portugal poderia correr riscos, no futuro, relativamente à negociação de novos fundos estruturais.

A essa questão, tal como a colocou, já tive oportunidade de responder, demonstrando cabalmente a falsidade do argumento invocado.

2 - O que existe é uma outra questão - completamente diferente da primeira - em que o problema dos fundos estruturais assume proporções preocupantes e onde é inequívoca a responsabilidade do Governo.

E essa questão é a da taxa de execução dos fundos, no âmbito do actual Quadro Comunitário de Apoio - 1994-1999 - a qual é, neste momento, preocupantemente muito baixa.

3 - Segundo dados oficiais, a taxa de execução deste 2º Quadro Comunitário de Apoio estava, em finais de Maio, em 58%.

Du seja, de 1994 até Maio de 1998, Portugal apenas tinha utilizado 58% dos fundos financeiros da União Europeia que tem à sua disposição. Um cenário muito preocupante.

Mas é ainda mais preocupante se tivermos em atenção que falta já menos de meio ano para chegarmos ao fim deste Quadro Comunitário de Apoio. Por outras palavras, Portugal tem menos de ano e meio para absorver cerca

21 JUL 1998  
O Chefe de Divisão  
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Entrada N.º 4647  
DATA 20 7/98

Por determinação de sua Excelência  
Presidente da A. R. [Handwritten signature]  
98.7.20 [Handwritten signature]  
Outro

de 40% do total de fundos à sua disposição, ou seja, para tentar fazer neste curto período de tempo o que não fez ao longo destes anos.

É quase certo, perante esta situação, que Portugal vai chegar ao fim deste 2º Quadro Comunitário de Apoio não utilizando a totalidade dos fundos que foram negociados, no tempo do Governo anterior, fundos esses que o País tem à sua disposição e que são indispensáveis para o nosso desenvolvimento.

A situação não é má; é péssima, e tem três consequências gravíssimas:

- a primeira, é que temos recursos para utilizar, não os aproveitamos e, por isso, atrasamos o nosso desenvolvimento. É absolutamente escandaloso.

- a segunda consequência é a má imagem que Portugal transmite para Bruxelas. Afinal reivindicamos fundos para o nosso desenvolvimento, mas demonstramos, logo a seguir, falta de capacidade para os utilizar.

Numa linguagem popular, é caso mesmo para alguns poderem dizer, citando o provérbio bem conhecido, que "Portugal tem mais olhos que barriga". É muito grave.

- a terceira consequência - e não menos grave - é que, com esta situação, Portugal corre o risco de perder capacidade negocial para o futuro e autoridade para exigir um aumento de fundos para os próximos anos.

Que crédito tem um Governo que reivindica um aumento de fundos para o período pós 2000 - aumento esse absolutamente indispensável - quando, no momento em que teve elevados fundos à sua disposição, não teve capacidade para os utilizar?

E como Vossa Excelência bem sabe o ter, ou não, no futuro, um maior volume de fundos não depende de ter ou não ter regiões - o argumento mais absurdo, mais falso e grosseiro do Mundo - mas sim, acima de tudo,

de ter, ou não ter, autoridade e capacidade negocial. Portugal está a perder esse estatuto de autoridade, por culpa própria e exclusiva do Governo.

**4 - Mas há mais e ainda mais grave.**

É que se o saldo global é o que acabo de descrever, a situação relativamente ao ano em curso não é melhor.

A taxa de execução dos fundos, no que concerne ao ano de 1998, está, ao fim de 6 meses, apenas em 20%. Só aplicámos, até meio do ano, 20% dos fundos à nossa disposição. Esta taxa é preocupantemente baixa para parecer verdade. Mas é infelizmente verdade.

Ou seja, o ritmo de aplicação dos fundos, em vez de aumentar, continua muito baixo. Em vez de recuperarmos, relativamente aos últimos anos, continuamos a marcar passo e a agravar a situação.

**5 - Mas, mais ainda. A agravar este cenário há mesmo Programas de investimento que estão a zero, ou seja, completamente parados.**

É o caso da Iniciativa Comunitária relativa ao "Programa de Apoio às Pequenas e Médias Empresas" - taxa nula no final de 1997. É uma situação escandalosa.

É o caso ainda do "Programa de Apoio ao Investimento Autárquico", com uma taxa de execução de apenas 5%. É novamente escandaloso o que se passa.

**6 -** Perante todo este cenário preocupante - fundado em número oficiais - vieram recentemente a público notícias que invocam que o Governo já assume mesmo que uma tranche de 320 milhões de contos de Fundos não será para utilizar até ao final de 1999.

Será que é verdade? Será que o Governo já assume este fracasso? Será que já estamos a debilitar e a enfraquecer a nossa capacidade de negociação com Bruxelas?

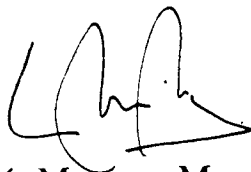
7 - Ao longo dos últimos dois anos têm sido vários os requerimentos que o meu Grupo Parlamentar tem dirigido ao Governo, exprimindo várias destas preocupações.

O certo é que a situação não só se mantém como ainda se agrava.

Em função disto, sinto ser minha obrigação dirigir-me directamente a Vossa Excelência, Senhor Primeiro Ministro, para o questionar sobre tudo isto e em particular para perguntar:

- a) Como vai o Governo actuar perante esta situação?
- b) Que decisões concretas tenciona tomar para promover a aceleração do investimento e a absorção dos fundos?

Palácio de S. Bento, 20 de Julho de 1998.



Luís Marques Mendes  
Presidente do Grupo Parlamentar do PSD